



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3237 18/11/2025

AUDIÊNCIA PÚBLICA TRATA REABERTURA DA CEI E APONTA URGÊNCIA DE REVERTER DEMISSÕES INJUSTAS

A Condsef/Fenadsef participou, nesta segunda-feira, 17, de audiência pública na Câmara dos Deputados convocada pela deputada federal Erika Kokay (PT-DF) para discutir a reabertura da Comissão Especial Interministerial (CEI). A atividade promoveu um debate considerado crucial para garantir justiça e reparação aos trabalhadores demitidos de forma ilegal e injusta durante o governo Collor.

Criada para acompanhar a aplicação das principais leis de anistia federal — entre elas as Leis 8.878/1994, 10.790/2003, 11.282/2006 e 10.559/2002 — a CEI tem papel central na análise, reconhecimento e reparação de atos administrativos que, em muitos casos, resultaram em demissões arbitrárias, perseguições políticas e violações de direitos. A paralisação da Comissão nos últimos anos deixou milhares de processos sem conclusão e gerou insegurança jurídica para trabalhadores que aguardam há décadas pelo reconhecimento das injustiças sofridas.

A Condsef/Fenadsef reforçou que a retomada imediata da CEI é condição indispensável para assegurar justiça e respeito à memória institucional do Estado brasileiro. A entidade destacou que a ausência de funcionamento pleno da Comissão aprofunda desigualdades e reforça o limbo burocrático em que se encontram servidores que deveriam ter sido reintegrados ou indenizados há muito tempo.

Transparência, critérios claros e calendário definido

Representantes da Condsef/Fenadsef defenderam que a reabertura da CEI deve vir acompanhada de maior transparência, com divulgação pública dos relatórios de todas as anistias concedidas ou ainda em análise. Também ressaltaram a importância da definição de critérios objetivos para reintegrações, indenizações e demais retornos funcionais, garantindo coerência técnica e respeito ao princípio constitucional da proteção ao servidor.

Outro ponto enfatizado pela delegação da Confederação foi a necessidade de estabelecer um calendário concreto para o acompanhamento

dos casos ainda pendentes, com metas conhecidas pela sociedade e mecanismos de controle que evitem novas paralisações.

Interlocução entre poderes para evitar novas injustiças

A audiência também destacou a importância de fortalecer o diálogo entre Legislativo, Executivo e servidores atingidos, de modo a impedir que processos de anistia voltem a ficar estagnados. Para a Condsef/Fenadsef, essa articulação é fundamental para garantir que nenhum trabalhador anistiado continue invisível ou perdido na burocracia estatal.

A deputada Erika Kokay ressaltou a urgência da reativação da CEI. Para a deputada, a reativação da CEI mostra-se imprescindível para viabilizar a análise de processos que tiveram seus prazos expirados. A intenção é assegurar o reconhecimento e a reparação aos trabalhadores que foram prejudicados.

Mobilização permanente

Com a palavra de ordem “Não somos lixo”, representantes da categoria vieram a Brasília acompanhar a atividade.

A Condsef/Fenadsef, por meio de sua Comissão Nacional de Demitidos e Anistiados, reforça que seguirá mobilizada e atuante para que a CEI seja reaberta imediatamente e cumpra seu papel de reparação, fortalecendo milhares de servidores e também a integridade do serviço público brasileiro. Qualquer debate sobre administração pública precisa afastar propostas que avancem na precarização ou no desmonte, e deve priorizar políticas que valorizem direitos e consolidem a estabilidade como pilar democrático.

A direção colegiada do Sintsef-CE, em reunião ordinária ocorrida na última sexta-feira (14/11), discutiu e deliberou sobre a reativação da Comissão Estadual dos demitidos do governo Collor no Estado do Ceará. A diretoria nomeou quatro membros da sua direção para ficarem responsáveis pela tarefa de reativar e acompanhar a Comissão.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiária de Comunicação: Luanna Moura

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO